

SEGUNDA PARTE  
ASCENSÃO E QUEDA DA ECONOMIA DE MERCADO

## I. O MOINHO SATÂNICO

No coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns.

Tentaremos desenredar os fatores que determinam as formas dessa desarticulação, que teve a sua pior fase na Inglaterra há cerca de um século. Que "moinho satânico" foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto pode se atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza?

A filosofia liberal jamais falhou tão redondamente como na compreensão do problema da mudança. Animada por uma fé emocional na espontaneidade, a atitude de senso comum em relação à mudança foi substituída por uma pronta aceitação mística das conseqüências sociais do progresso econômico, quaisquer que elas fossem. As verdades elementares da ciência política e da arte de governar foram primeiro desacreditadas, e depois esquecidas. Não é preciso entrar em minúcias para compreender que um processo de mudança não-dirigida, cujo ritmo é considerado muito apressado, deveria ser contido, se possível, para salvaguardar o bem-estar da comunidade. Essas verdades elementares da arte de governar tradicional, que muitas vezes refletiam os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagadas do pensamento dos mestres do século XIX pela ação corrosiva de um utilitarismo cru, aliada a uma confiança não-crítica nas alegadas propriedades auto curativas de um crescimento inconsciente.

O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. Para ilustrar este ponto, voltaremos a um assunto que poderá parecer remoto, a uma primeira vista: os cercamentos dos campos abertos (enclosures) e as conversões da terra arável em pastagem durante o primeiro período Tudor na Inglaterra, quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores, e condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento. Ao evocar a desgraça do povo provocada pelos cercamentos e conversões, nosso propósito será, de um lado, demonstrar o paralelo existente entre as devastações causadas pelos cercamentos, finalmente benéficos, e as que resultaram na Revolução Industrial e, de outro lado - de uma forma mais ampla -, esclarecer as alternativas enfrentadas por uma comunidade no paroxismo de um progresso econômico não-regulado.

Os cercamentos seriam um progresso óbvio se não ocorresse a conversão às pastagens. A terra cercada valia duas ou três vezes a não-cercada. Nos lugares onde se continuou a cultivar a terra, não diminuiu o emprego e o suprimento de alimentos aumentou de forma marcante. O rendimento da terra elevou-se consideravelmente, principalmente onde a terra era alugada.

Mesmo a conversão de terras aráveis em pastagens de carneiros não foi inteiramente prejudicial à circunvizinhança, a despeito da destruição de habitações e da restrição de empregos que ela acarretou. A indústria caseira já se difundia na segunda metade do século XV, e um século mais tarde ela já era um aspecto marcante no campo. A lã produzida na fazenda de carneiros dava empregos a pequenos posseiros e agricultores sem terra, e os novos centros de indústria de lã garantiam a renda a uma quantidade de artesãos.

Entretanto - e este é o ponto - é somente numa economia de mercado que tais efeitos compensadores podem ser tomados como certos. Na falta de uma tal economia, a ocupação altamente lucrativa de criar carneiros e vender sua lã poderia arruinar o país. Os carneiros, que "transformavam areia em ouro", podiam muito bem ter transformado o ouro em areia, como ocorreu com as riquezas da Espanha do século XVII, cujo solo erodido jamais se recuperou da expansão excessiva da criação de carneiros.

Um documento oficial de 1607, preparado para uso dos pares do Reino, colocou o problema em uma única frase poderosa: "O homem pobre terá satisfeito o seu objetivo - Habitação, e o nobre não ficará prejudicado em seu desejo - Progresso." Esta fórmula parece tomar

como certa a essência do puro progresso econômico, que alcançara o seu aperfeiçoamento à custa da desarticulação social. Todavia, ela aponta também para a trágica necessidade que faz com que o homem pobre se apegue à sua choupana, arruinado pela ânsia de progresso do homem rico que o beneficia em particular.

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isto ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme<sup>7</sup>. O Rei e seu Conselho, os Chanceleres e os Bispos defendiam o bem-estar da comunidade e, na verdade, a substância humana e natural da sociedade contra essa espoliação. Sem qualquer intermitência, durante um século e meio - desde a década de 1490, no máximo, até a década de 1640 - eles lutaram contra o despovoamento. Somerset, Lorde Protetor, perdeu sua vida nas mãos da contra-revolução que aboliu as leis do cercamento do livro de estatutos e estabeleceu a ditadura dos senhores de pastagens, depois que a rebelião de Kett foi derrotada, com o morticínio de alguns milhares de camponeses durante o processo. Somerset foi acusado, não sem alguma razão, de ter encorajado os camponeses rebeldes com a sua corajosa denúncia dos cercamentos.

Decorreu mais uma centena de anos até que ocorresse um segundo encontro de forças entre os mesmos contendores mas, nessa ocasião, os cercamentos eram muito mais propriedade de ricos agricultores e mercadores do que dos senhores e nobres. O uso deliberado que a Coroa fazia de sua prerrogativa de impedir cercamentos, e que envolvia a alta política, leiga e eclesiástica, e o uso não menos deliberado do tema dos

---

<sup>7</sup> Tawney, R. H., *The Agrarian Problem in the 16<sup>th</sup> Century*, 1912.

cercamentos para fortalecer sua posição contra a pequena nobreza gentry numa luta constitucional, foi o que acarretou a morte de Strafford e Laud nas mãos do Parlamento. Todavia, sua política não era reacionária apenas industrialmente, mas também politicamente; além disso, naquela ocasião os cercamentos se destinavam mais ao cultivo da terra do que às pastagens. A onda da Guerra Civil acabou por submergir definitivamente a política pública dos Tudors e dos primeiros Stuarts.

Os historiadores do século dezenove são unânimes em condenar a política dos Tudors e dos primeiros Stuarts como demagógica, se não inteiramente reacionária. Suas simpatias se inclinam naturalmente para o Parlamento, e esse organismo era a favor dos cercamentos. H. de B. Gibbins, embora amigo fervoroso do povo comum, escreveu: "Tais encenações protetoras foram inteiramente vãs, como sempre acontece com as encenações protetoras".<sup>8</sup> Innes foi ainda mais definitivo: "A prática habitual de punir a vagabundagem e tentar forçar a atividade em campos não-adequados e dirigir o capital para investimentos menos lucrativos, a fim de prover empregos, fracassou, como sempre".<sup>9</sup> Gairdner não hesitou em apelar para as noções de livre comércio como "lei econômica": "As leis econômicas certamente não foram compreendidas", escreveu ele, "e foram feitas tentativas para impedir que as moradias dos lavradores fossem destruídas pelos senhores de terra. Estes achavam mais proveitoso transformar terras aráveis em pastagens para aumentar a produção de lã. A repetição freqüente desses decretos apenas demonstra quão ineficientes eles eram na prática".<sup>10</sup> Mais recentemente, um economista como Heckscher enfatiza a sua convicção de que o mercantilismo, no seu cerne, deveria ser explicado através de uma compreensão insuficiente das complexidades do fenômeno econômico, um assunto que a mente humana, obviamente, precisa de mais alguns séculos para dominar.<sup>11</sup> Com efeito, a legislação anticercamento parece jamais ter conseguido impedir o curso do movimento de cercamentos, nem parece mesmo tê-lo obstruído seriamente. John Hales, que não fica abaixo de ninguém em seu fervor pelos princípios dos homens do Commonwealth, admitiu ter sido impossível obter provas contra os cercadores, pois na maioria das vezes seus empregados prestavam

---

<sup>8</sup> Gibbins, H. de B., *The Industrial History of England*, 1895.

<sup>9</sup> Innes, A. D., *England under the Tudors*, 1932.

<sup>10</sup> Gairdner, J., "Henry VIII", *Cambridge Modern History*, vol. II, 1918.

<sup>11</sup> Heckscher, E.F., *Mercantilism*, 1935, p. 104.

testemunho nos júris e era tal o número "de seus partidários e agregados que nenhum júri podia realizar-se sem eles". Às vezes, o simples expediente de cavar um sulco no meio do campo podia salvar o senhor acusado de qualquer penalidade.

Um prevalecimento tão fácil de interesses privados sobre a justiça é visto, muitas vezes, como um sinal certo da ineficácia da legislação; e a vitória da tendência inutilmente obstruída é citada, subseqüentemente, como evidência conclusiva da alegada futilidade de um "intervencionismo reacionário". Todavia, tal opinião parece perder de vista o ponto principal. Por que a vitória final de uma tendência deve ser tomada como prova de ineficácia dos esforços para diminuir o ritmo do seu progresso? E por que o propósito dessas medidas não pode ser visto precisamente naquilo que elas alcançaram, i. e., a diminuição do ritmo da mudança? Aquilo que é ineficaz para parar uma linha de desenvolvimento não é, por isto mesmo, totalmente ineficaz. O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última freqüentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós.

A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção. Os cercamentos oferecem um bom exemplo. Em retrospecto, nada pode parecer mais claro do que a tendência de progresso econômico da Europa Ocidental, o qual objetivava eliminar uma uniformidade artificial das técnicas de agricultura, faixas de cultura entrelaçadas e a instituição primitiva das áreas comuns no campo. No que se refere à Inglaterra, é certo que o desenvolvimento da indústria lanígera foi um recurso para o país levando, como o fez, ao estabelecimento da indústria têxtil - o veículo da Revolução Industrial. Além disso, é claro também que o incremento da tecelagem doméstica dependia do aumento do fornecimento doméstico de lã. Esses fatos são suficientes para identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamentos que a acompanhou como a tendência do progresso econômico. Entretanto, não fosse a política conseqüente mantida pelos estadistas Tudors e os primeiros Stuarts, o ritmo desse progresso poderia ter sido ruinoso, transformando o próprio desenvolvimento em um acontecimento degenerativo, ao

invés de construtivo. Justamente desse ritmo dependia, principalmente, saber se os despojados poderiam ajustar-se às condições modificadas sem danificar fatalmente a sua substância humana e econômica, física e moral; se eles encontrariam novos empregos nas áreas de oportunidades indiretamente ligadas à mudança; e se os efeitos do incremento de importações, induzido pelo aumento das exportações, permitiria àqueles que perderam seus empregos com a mudança encontrar novas fontes de subsistência.

Em cada um dos casos, a resposta dependia dos ritmos relativos de mudança e ajustamento. As habituais considerações "em última instância" da teoria econômica são inadmissíveis; elas iriam prejudicar o tema admitindo que o acontecimento ocorreu numa economia de mercado. Por mais que nos pareça natural fazer essa suposição, ela é injustificada: a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente. No entanto, além desta suposição, as considerações "em última instância" não têm qualquer significado. Se o efeito imediato de uma mudança é deletério, então, até prova em contrário, o efeito final também é deletério. Se a conversão das terras aráveis em pastagens envolve a destruição de um certo número de casas, a abolição de um número definido de empregos e a diminuição dos suprimentos de alimentos disponíveis no local, então esses efeitos devem ser encarados como um efeito final, até que se apresente uma prova em contrário. Isto não exclui a consideração dos possíveis efeitos do aumento de exportações na renda do proprietário da terra; das possíveis oportunidades de empregos criadas por um aumento eventual no suprimento local de lã, ou a forma na qual os proprietários de terras podiam empregar suas rendas aumentadas, seja em novos investimentos ou em despesas de luxo. A comparação entre o ritmo da mudança e o ritmo do ajustamento decidirá o que deve ser visto como resultado líquido da mudança. Em nenhum caso, porém, podemos presumir sobre o funcionamento das leis de mercado, a menos que se demonstre a existência de um mercado auto-regulável. As leis de mercado só são relevantes no cenário institucional de uma economia de mercado; não foram os estadistas da Inglaterra dos Tudors que se afastaram dos fatos e sim os economistas modernos, cujas observações a respeito deles deixaram implícita a existência anterior de um sistema de mercado.

A Inglaterra suportou, sem grandes danos, a calamidade dos cercamentos apenas porque os Tudors e os primeiros Stuarts usaram o poder da Coroa para diminuir o ritmo do processo de desenvolvimento econômico,

até que ele se tornou socialmente suportável utilizando o poder do governo central para socorrer as vítimas da transformação e tentando canalizar o processo de mudança de forma a tornar o seu curso menos devastador. Suas chancelarias e cortes de prerrogativas não foram nada conservadoras; elas representavam o espírito científico da nova arte de governar, favorecendo a imigração de artesãos estrangeiros, implantando zelosamente novas técnicas, adotando métodos estatísticos e hábitos precisos de relatórios, escarnecendo dos costumes e tradições' opondo-se a direitos consagrados, cerceando as prerrogativas eclesiásticas, ignorando a Lei' dos Comuns. Se a inovação faz o revolucionário, eles foram os revolucionários do seu tempo. Seu compromisso era com o bem-estar da plebe, glorificada no poder e na grandeza do soberano. No entanto, o futuro pertencia ao constitucionalismo e ao Parlamento, O governo da Coroa cedeu lugar ao governo de uma classe a classe que levava avante o desenvolvimento industrial e comercial. O grande princípio do constitucionalismo se consorciou com a revolução política que despojou a Coroa; esta, na ocasião, já esgotara todas as suas faculdades criativas, e a sua função protetora já não era mais vital para um país que já vencera a tempestade da transição. A política financeira da Coroa restringia agora indevidamente o poder do país e começara a restringir o seu comércio. Com o fito de manter suas prerrogativas, a Coroa se excedia nos abusos e, conseqüentemente, prejudicava os recursos da nação. Sua brilhante administração da mão-de-obra e dos empreendimentos e o controle circunspecto do movimento de cercamentos foram a sua última realização. Todavia, isto foi rapidamente esquecido, uma vez que os capitalistas e empregadores da classe média ascendente foram as principais vítimas de suas atividades protecionistas. Dois séculos se passaram antes que a Inglaterra gozasse novamente de uma administração social tão efetiva e bem ordenada como aquela que a Commonwealth destruiu. Na verdade, uma administração desse tipo paternalista já não era mais tão necessária. Mas num certo sentido essa ruptura causou um dano infinito, pois ajudou a obliterar da memória da nação os horrores do período dos cercamentos e as realizações do governo para superar perigo do despovoamento. Talvez- isto ajude a explicar por que a natureza real da crise não foi compreendida quando, cerca de 150 anos mais tarde, uma catástrofe similar, sob a forma de Revolução Industrial, ameaçou a vida e o bem-estar do país.

Nessa ocasião o acontecimento foi também peculiar à Inglaterra, e nessa época, o comércio marítimo foi também a fonte de um movimento que afetou o país como um todo. Nesse período, foi ainda o progresso,

na sua escala mais grandiosa, que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum)' Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos "moinhos satânicos". Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana.

Ainda não surgiu qualquer explicação satisfatória para o acontecimento. Os contemporâneos imaginaram descobrir a chave para a danação nos férreos regulamentos que governavam a riqueza e a pobreza, aos quais chamavam lei dos salários e lei da população; eles não foram comprovados. A exploração foi apresentada como uma outra explicação, tanto para a riqueza como para a pobreza, porém ela não foi capaz de encontrar outra explicação, tanto para a riqueza como para a pobreza, porém ela não foi capaz de encontrar resposta para o fato de os salários nas favelas industriais serem mais altos do que os de quais quer outras áreas - e eles continuaram a subir durante mais um século. Na maioria das vezes, falava-se em um conjunto de causas, o que também não é satisfatório.

A solução que apresentamos não é mais simples e, na verdade, ela ocupa a maior parte deste livro. Calculamos que uma avalanche de desarticulação social, superando em muito a que ocorreu no período dos cercamentos, desabou sobre a Inglaterra; que esta catástrofe foi simultânea a um vasto movimento de progresso econômico; que um mecanismo institucional inteiramente novo estava começando a atuar na sociedade ocidental; que seus perigos, que atacaram até a medula quando primeiro apareceram, na verdade jamais foram superados, e que a história da civilização do século XIX consistiu, na sua maior parte, em tentativas de proteger a sociedade contra a devastação provocada por esse mecanismo. A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais.

A história já foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima

úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como a causa daquele acontecimento súbito e inesperado.

Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias? Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a idéia de um mercado auto-regulável.

A utilização de máquinas especializadas numa sociedade agrária e comercial deve produzir efeitos típicos. Uma sociedade como essa consiste de agricultores e mercadores que compram e vendem o produto da terra. A produção com a ajuda de ferramentas e fábricas especializadas, complicadas, dispendiosas só pode se ajustar a uma tal sociedade tornando isto incidental ao ato de comprar e vender. O mercador é a única pessoa disponível para assumir isto, e ele estará disposto a desempenhar essa atividade desde que ela não importe em prejuízo. Ele venderá as mercadorias da mesma forma como já vinha vendendo outras àqueles que delas precisavam. Entretanto, ele vai procurá-las de modo diferente, isto é, não mais adquiriu-as já prontas, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima. Esses dois elementos combinados, sob as instruções do mercador, mais o tempo de espera em que ele poderá incorrer, resultam em um novo produto. Esta não é a descrição apenas de uma indústria doméstica, ou de "fazer-se ao mar", mas de qualquer espécie de capitalismo industrial, inclusive o do nosso tempo. Seguem-se importantes conseqüências para o sistema social.

Uma vez que as máquinas complicadas são dispendiosas, elas só são rentáveis quando produzem grande quantidade de mercadorias<sup>12</sup>. Elas só podem trabalhar sem prejuízo se a saída de mercadorias é razoavelmente garantida, e se a produção não precisar ser interrompida por falta das matérias-primas necessárias para alimentar as máquinas. Para o mercador isto significa que todos os fatores envolvidos têm que estar à venda, isto é, eles precisam estar disponíveis, nas quantidades necessárias, para quem quer que esteja em condições de pagar por eles. A menos que essa condição seja preenchida, a produção com a ajuda de máquinas especializadas torna-se demasiado arriscada para ser empreendida, tanto do ponto de vista do mercador, que empata seu dinheiro, como da comunidade como um todo, que passa a depender de uma produção contínua para conseguir renda, emprego e provisões. . Ora, numa sociedade agrícola tais condições não surgiram naturalmente - elas teriam que ser criadas. O fato de terem sido criadas gradualmente de maneira alguma afeta a natureza surpreendente das mudanças envolvidas. A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo "sistema de mercado" pelo qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado.

A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. Contrastemos, por exemplo, as atividades de venda do mercador-produtor e suas atividades de compra: suas vendas são

---

<sup>12</sup> Clapham, J. H., *Economic history of Modern Britain*, vol. III.

apenas de artefatos e, se ele tiver ou não sucesso em encontrar compradores, o tecido da sociedade não precisa ser afetado. Mas o que ele compra são matérias-primas e trabalho natureza e homem. Na verdade, a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. Embora fantástica, a conclusão é inevitável - nada menos do que isto servirá os seus propósitos. Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat.

E, de fato, tal perigo foi iminente. Poderemos perceber o seu verdadeiro caráter se examinarmos as leis que governam o mecanismo do mercado auto-regulável.

Antes de prosseguirmos na discussão das leis que governam a economia de mercado, como as que o século XIX tentava articular, precisamos ter um firme controle dos extraordinários pressupostos subjacentes a um tal sistema.

Uma economia, de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado auto-regulável. Essas condições preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana.

Vamos tornar mais preciso o que queremos dizer. Nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Acontece, porém, que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica.

Temos boas razões para insistir nesse ponto com toda a ênfase de que dispomos. Um pensador do quilate de Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados

ou, como ele colocou, da "propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra". Esta frase resultou, mais tarde, no conceito do Homem Econômico. Em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro. Na verdade, até a época de Adam Smith, essa propensão não se havia manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada e, quando muito, permanecia como aspecto subordinado da vida econômica. Uma centena de anos mais tarde, porém, já estava em pleno funcionamento um sistema industrial na maior parte do planeta e, prática e teoricamente, isto significava que a raça humana fora sacudida em todas as suas atividades econômicas, se não também nas suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por essa propensão particular.

Na segunda metade do século XIX, Herbert Spencer, com um conhecimento muito superficial de economia, pôde equacionar o princípio da divisão do trabalho com a barganha e a troca e, cerca de cinquenta anos mais tarde, Ludwig vên Mises e Walter Lippmann puderam repetir a mesma falácia. Nessa ocasião, não havia necessidade de argumentos. Uma série de escritores de economia política, história social, filosofia política e sociologia em geral havia seguido na esteira de Smith e estabelecido o seu paradigma do selvagem barganhador com axioma das suas respectivas ciências. Na realidade, as sugestões de Adam Smith sobre a psicologia econômica do homem primitivo eram tão falsas como as de Rosseau sobre a psicologia política do selvagem. A divisão do trabalho, um fenômeno tão antigo como a sociedade, origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia e capacidade individual. A alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca é quase que inteiramente apócrifa. A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente. Isto tornar-se-á perfeitamente claro numa rápida visão da história dos sistemas econômicos e mercados, apresentados separadamente. O papel desempenhado pelos mercados na economia interna de vários países, parece, foi insignificante até época recente e a mudança total para uma economia dominada por padrões de mercados ficará ainda mais ressaltada.

Para começar, temos de colocar de lado alguns preconceitos do século XIX, que sustentavam a hipótese de Adam Smith sobre a alegada predileção do homem primitivo por ocupações lucrativas. Uma vez que seu axioma-foi muito mais relevante para o futuro imediato do que

para o passado obscuro, ele induziu seus seguidores a uma atitude estranha em relação à história primitiva do homem. Baseada nela, a evidência parece indicar que o homem primitivo, longe de ter uma psicologia capitalista, tinha, na verdade, uma psicologia comunista (mais tarde também isto foi provado como erro). Em consequência, os historiadores econômicos tendiam a confinar seus interesses àquele período da história, comparativamente recente, no qual a permuta e a troca foram encontradas em alguma escala considerável, e a economia primitiva foi relegada à pré-história. Inconscientemente, isto levou a um peso na balança em favor de uma psicologia de mercado pois, no período relativamente curto dos últimos séculos, tudo poderia ser considerado como tendendo para o estabelecimento daquilo que foi eventualmente estabelecido, e é um sistema de mercado, a despeito de outras tendências que foram temporariamente submersas. Para corrigir essa perspectiva tão "estreita" fazia-se mister, obviamente, ligar a história econômica à antropologia social, passo esse consistentemente evitado.

Hoje em dia não podemos continuar nesse caminho. O hábito de olhar para os últimos dez anos, assim como para o conjunto de sociedades primitivas, como mero prelúdio da verdadeira história da nossa civilização, que começou, aproximadamente, com a publicação da Riqueza das Nações em 1776, é, para dizer o mínimo, inteiramente fora de moda. Com este episódio, que chega a seu final em nossos dias, e tentando calcular as alternativas do futuro, vamos refrear nossa inclinação natural de seguir as predisposições de nossos pais.

Mas a mesma tendência que levou a geração de Adam Smith a ver o homem primevo como inclinado à barganha e à permuta induziu seus sucessores a descartar todo interesse no homem primitivo, uma vez que já se sabia que ele não se inclinava para essas louváveis paixões. A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem no seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem "não-civilizado" como irrelevante para se compreender os problemas da nossa era.

Uma tal atitude de subjetivismo em relação a civilizações primitivas não deveria fazer parte da mente científica. As diferenças que existem entre povos "civilizados" e "não-civilizados" foram demasiado exageradas, principalmente na esfera econômica. De acordo com os historiadores, até bem pouco tempo as formas de vida industrial na Europa agrícola não eram muito diferentes daquelas que existiram há alguns milhares de anos. Desde o aparecimento do arado - basicamente uma

grande enxada puxada por animais -, os métodos de agricultura permaneceram substancialmente inalterados na maior parte da Europa Ocidental e Central até o início da era moderna. Na verdade, progresso da civilização nessas regiões foi principalmente político, intelectual e espiritual; quanto às condições materiais, a Europa Ocidental de 1100 a.D. ainda não havia sequer alcançado o mundo romano de milhares de anos atrás. Mesmo mais tarde, a mudança ocorreu mais facilmente nos canais da arte de governar, na literatura e nas artes, principalmente religiosas e de conhecimentos, do que nos da indústria. Do ponto de vista econômico, a Europa medieval se situava no nível da Pérsia antiga, da Índia ou da China, e certamente não podia rivalizar em riqueza e cultura com o Novo Império do Egito, de dois mil anos atrás. Max Weber foi primeiro entre os historiadores da economia moderna a protestar contra o fato de se deixar de lado as economias primitivas como irrelevantes para a questão das motivações e mecanismos das sociedades civilizadas. O trabalho subsequente da antropologia social comprovou que ele estava inteiramente certo. e qualquer conclusão pode ser destacada, com mais clareza que as outras, no estudo recente das sociedades primitivas, é justamente a não-modificação do homem como ser social. Seus dotes naturais reaparecem com uma constância marcante nas sociedades de todos os tempos e lugares e as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade humana parecem ser as mesmas, sem mutações.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.

Em termos de sobrevivência, a explicação é simples. Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum

de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o auto-interesse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de um tal interesse. Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O caráter pessoal nada tem a ver com o assunto. O homem pode ser tão bom ou mau, sociável ou insociável, avaro ou generoso a respeito de um conjunto de valores como a respeito de outro. Na verdade, não permitir a ninguém ter motivos de ciúme é um princípio aceito da distribuição cerimonial, da mesma forma como é importante elogiar publicamente um hortelão diligente, habilidoso e bem-sucedido (a menos que ele seja demasiado bem-sucedido, em cujo caso pode-se permitir que ele defina sob a ilusão de ser vítima de magia negra). As paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não-econômicas. A exibição cerimonial só serve para incentivar a emulação até o máximo possível, e o costume do trabalho comunal tende a elevar ao máximo ambos os padrões, quantitativo e qualitativo. A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente, pelos mesmos indivíduos - um procedimento articulado minuciosamente e perfeitamente salvaguardado por complicados métodos de publicidade, através dos ritos mágicos e do estabelecimento de "dualidades" nas quais os grupos estão unidos por obrigações mútuas deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social.

Neste esboço dos traços gerais característicos de uma comunidade da Melanésia Ocidental não levamos em conta a sua organização sexual

e territorial, em relação às quais o costume, a lei, a magia e a religião exercem influência, pois pretendemos apenas mostrar a maneira pela qual as assim chamadas motivações econômicas se originam no contexto da vida social. E é justamente nesse ponto negativo que os etnógrafos modernos concordam: a ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas. Mas, então, como se garante a ordem na produção e na distribuição?

A resposta é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia: reciprocidade e redistribuição<sup>13</sup> Para os ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental, que servem como ilustração deste tipo de economia, a reciprocidade atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco. A redistribuição é importante principalmente em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial. Tomemos esses princípios em separado.

A subsistência da família - a mulher e os filhos - é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-o assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica. A exibição cerimonial dos alimentos, tanto em sua própria horta como ante o depósito da que recebe, é uma garantia de que todos conhecerão a elevada qualidade da sua atividade como hortelão. Torna-se aparente, aqui, que a economia hortelã e doméstica é parte das relações sociais ligadas à posição de bom marido e ótimo cidadão. O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar.

O princípio da redistribuição não é menos efetivo. Uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus

---

<sup>13</sup> Cf. Notas sobre as Fontes. Os trabalhos de Malinowski e Thurnwald foram extensamente utilizados neste capítulo.

entretêm uns aos outros, assim como aos vizinhos de outras ilhas (ocasião em que são distribuídos os resultados do comércio em áreas distantes' presentes são entregues e reciprocados, de acordo com as regras de etiqueta, e o chefe distribui a todos os presentes habituais), torna-se aparente a extrema importância do sistema de armazenamento. Do ponto de vista econômico, é parte essencial do sistema vigente de divisão do trabalho, do comércio exterior, da taxaço para finalidades públicas, das provisões de defesa. Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivaço não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo.

Princípios de comportamento como esse, contudo, não podem ser efetivos a menos que os padrões institucionais existentes levem à sua aplicaço. A reciprocidade e a redistribuiço são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administraço apenas porque a organizaço das sociedades em questào cumpre as exigências de uma tal soluço com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade.

A reciprocidade é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria, um aspecto freqüente da organizaço social entre os povos iletrados. A marcante "dualidade" que encontramos em subdivisões tribais colabora para a união de relações individuais, ajudando assim o tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros permanentes. As metades da sociedade selvagem, que tendem a criar um pendant em cada subdivisào, acabam resultando de, e ajudando a executar os atos de reciprocidade sobre os quais o sistema repousa. Pouco se conhece a respeito da origem da "dualidade", porém cada aldeia da costa nas Ilhas Trobriand parece ter a sua contrapartida numa aldeia do interior, de forma que a importante troca de fruta-pão e peixe, embora disfarçada sob a forma de distribuço recíproca de presentes e na verdade deslocada no tempo, pode ser perfeitamente organizada. Também no comércio de Kula cada indivíduo tem o seu parceiro em uma outra ilha, personalizando assim, numa extensào marcante, a relação da reciprocidade. Não fosse a freqüência do padrão simétrico nas subdivisões da tribo, na localizaço dos povoados, bem como nas relações intertribais, seria impraticável uma ampla reciprocidade baseada na atuaço, em última instância, de atos isolados de dar-e-tomar.

O padrão institucional da centralidade, por seu lado, que está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos, fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuiço de bens e serviços.

Os membros de uma tribo de caçadores geralmente entregam a caça ao chefe para a redistribuição. É da própria natureza da caça que o rendimento seja irregular, além de ser o resultado do esforço coletivo. Sob condições como essas, não seria praticável qualquer outro método de partilha a não ser que o grupo se desfaça após cada expedição. Assim, em todas as economias desse tipo existe uma necessidade semelhante, seja o grupo numeroso ou não. Quanto maior for o território e quanto mais variado o produto, mais a redistribuição resultará numa efetiva divisão do trabalho, uma vez que ela ajudará a unir grupos de produtores geograficamente diferenciados.

A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente. Enquanto a organização social segue a sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual; não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal; a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente; as obrigações econômicas serão devidamente desempenhadas e, acima de tudo, estão assegurados os meios materiais para uma exibição exuberante de abundância em todos os festivais públicos. Numa tal comunidade, é vedada a idéia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.

De forma alguma deve-se concluir que os princípios socioeconômicos desse tipo são restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente. O circuito Kula, da Melanésia Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides.

As Ilhas Trobriand pertencem a um arquipélago que forma aproximadamente um círculo, e parte importante da população desse arquipélago despende uma proporção considerável do seu tempo em atividades do comércio Kula. Descrever-lo como um comércio, embora ele não envolva qualquer lucro, quer em dinheiro ou em espécie. As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebido está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca. Todo o processo é regulado inteiramente pela etiqueta e

pela magia. Todavia, trata-se de um comércio e, periodicamente, os nativos desse arquipélago, em forma aproximada de anel, organizam grandes expedições a fim de levar um determinado tipo de objeto valioso aos povos que vivem em ilhas distante, como que seguindo os ponteiros de um relógio, enquanto outras expedições são organizadas para levar outro tipo de objeto valioso às ilhas do arquipélago situadas na ordem inversa à dos ponteiros de um relógio. Em última instância, ambos os conjuntos de objetos - braceletes de madrepérola e colares de contas vermelhas, de artesanato tradicional - movem-se em torno do arquipélago, um trajeto que pode levar até dez anos para ser completado. Além disso, existem parceiros individuais no Kula que, como regra, reciprocam os presentes Kula com braceletes e colares igualmente valiosos, de preferência aqueles que pertenceram anteriormente a pessoas importantes.

Ora, um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado de objetos valiosos transportados a grandes distâncias é descrito justamente como comércio. Entretanto, essa totalidade complexa é dirigida exclusivamente em termos de reciprocidade. Um intrincado sistema de tempo-espço-pessoa, que cobre centenas de milhas e diversas décadas, e que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e também sem qualquer motivação de lucro ou permuta. que domina não é a propensão à barganha mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica. Com efeito, seria interessante considerar se até mesmo um moderna organização de mercado, adiantada, baseada numa contabilidade exata, seria capaz de assumir uma tal tarefa, no caso de lhe ser atribuída. É de se recear que os infelizes comerciantes, ao enfrentar os inumeráveis monopólios da compra e venda de objetos individuais, e as restrições extravagantes ligadas a cada transação, deixariam de realizar sequer um lucro comum e prefeririam sair do negócio.

A redistribuição também tem uma longa e variada história, que leva até quase os tempos modernos. Dos Bergdama que voltam da sua excursão de caça, ou da mulher que volta da sua busca de raízes, frutas ou folhas, espera-se que ofereçam a maior parte do seu espólio em benefício da comunidade. Na prática, isto significa que o produto da sua atividade é partilhado com as outras pessoas que estão vivendo com eles. A idéia da reciprocidade prevalece até este ponto; o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã. Entre algumas tribos,

porém, existe um intermediário na pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo; é ele quem recebe e distribui os suprimentos, especialmente se eles precisam ser armazenados. Esta é a verdadeira redistribuição. Obviamente, as conseqüências sociais de um tal método de distribuição podem ser de longo alcance, uma vez que nem todas as sociedades são tão democráticas como as dos caçadores primitivos. Seja a redistribuição feita por uma família influente ou por um indivíduo importante, uma aristocracia dominante ou um grupo de burocratas, o fato é que eles muitas vezes tentarão aumentar seu poder político através da maneira pela qual redistribuem os bens. No potlatch dos Kwakiutl, é ponto de honra para o chefe exibir sua riqueza em peles e distribuí-las. Entretanto, ele assim procede, também, para colocar os recebedores sob obrigação, para fazê-los seus devedores e, finalmente, seus apaniguados.

Todas as economias desta espécie, em grande escala, foram dirigidas com a ajuda do princípio da redistribuição. O reinado de Hammurabi, na Babilônia, e, em particular, o Novo Império do Egito eram despotismos centralizados do tipo burocrático, fundados numa economia como essa. A casa da família patriarcal é aqui reproduzida numa escala enormemente ampliada, enquanto a sua distribuição "comunista" era classificada, envolvendo rações agudamente diferenciadas. Havia um grande número de armazéns prontos a receber o produto da atividade do camponês, fosse ele criador de gado, caçador, padeiro, cervejeiro, oleiro, tecelão ou o que quer que seja. O produto era registrado minuciosamente e, desde que não fosse consumido no local, era transferido de pequenos para grandes armazéns até alcançar a administração central localizada na corte do faraó. Havia armazéns especiais para tecidos, obras de arte, objetos ornamentais, cosméticos, prataria, guarda-roupa real; havia armazéns enormes para cereais, arsenais e adegas de vinho.

Mas a redistribuição na escala praticada pelos construtores das pirâmides não se restringia a economias que não conheciam o dinheiro. Na verdade, todos os reinos arcaicos fizeram uso de moedas metálicas para o pagamento de impostos e salários, mas, no restante, dependiam de pagamentos em espécie dos celeiros e armazéns de todo o tipo, a partir dos quais eles distribuíam as mais variadas mercadorias para uso e consumo, principalmente à parte não-produtiva da população, isto é, às autoridades, aos militares, à classe ociosa. Este era o sistema em vigor na antiga China, no império dos Incas, nos reinos da Índia e também na Babilônia. Nestas, como em muitas outras civilizações de

grande desenvolvimento econômico, foi elaborada uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição.

Esse princípio também se manteve sob condições feudais. Nas sociedades da África, etnicamente estratificadas, acontece às vezes que o estrato superior consiste de criadores de gado estabelecidos entre agricultores que ainda utilizam a pá ou a enxada. Os presentes cobrados pelos criadores são principalmente agrícolas - cereais e cerveja enquanto os presentes por eles distribuídos podem ser animais, especialmente carneiros ou cabras. Nestes casos, existe uma divisão de trabalho, embora geralmente desigual, entre os vários estratos da sociedade: a distribuição pode às vezes implicar uma medida de exploração enquanto que, ao mesmo tempo, a simbiose beneficia os padrões de ambos os estratos graças às vantagens de uma divisão do trabalho melhorada. Do ponto de vista político, tais sociedades vivem sob um regime de feudalismo, seja o gado ou a terra o valor privilegiado. Existem "feudos reguladores de gado na África Oriental". Thurnwald, a quem seguimos de perto quanto ao tema da redistribuição, pôde dizer, assim, que o feudalismo foi, em todos os lugares, um sistema de redistribuição. Foi somente em condições muito desenvolvidas e em circunstâncias excepcionais que esse sistema se tornou predominantemente político, como aconteceu na Europa Ocidental, onde a mudança surgiu da necessidade de proteção do vassalo e onde os presentes se converteram em tributos feudais.

Esses exemplos mostram que a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais. Como regra, encontramos o processo de redistribuição como parte do regime político vigente, seja ele o de uma tribo, de uma cidade-estado, do despotismo ou do feudalismo, do gado ou da terra. A produção e a distribuição de mercadorias são organizadas principalmente através da arrecadação, do armazenamento e da redistribuição, sendo o padrão focalizado o chefe, o templo, o déspota ou o senhor. Uma vez que as relações do grupo dominante com os dominados são diferentes, de acordo com os fundamentos em que repousa o poder político, o princípio da redistribuição envolverá motivações individuais tão diferentes como a partilha voluntária da caça pelos caçadores e o medo do castigo que impulsiona os fellaheen a pagarem seus impostos em espécie.

Deixamos de lado nesta apresentação, deliberadamente, a distinção vital entre sociedades homogêneas e estratificadas, i.e., sociedades socialmente unificadas na sua totalidade e sociedades divididas entre dominantes e dominados. Embora a posição relativa de escravos e

senhores possa ser totalmente distinta daquela dos membros livres e iguais de algumas tribos de caçadores e, conseqüentemente, as motivações nas duas sociedades serão consideravelmente diferentes, a organização do sistema econômico ainda pode se basear nos mesmos princípios; embora acompanhados por traços culturais muito diferentes, de conformidade com as relações humanas muito diferentes com as quais o sistema econômico se entrelaça.

O terceiro princípio, destinado a desempenhar um grande papel na história, e ao qual chamaremos o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso próprio. Os gregos chamavam-no *oconomia*, étimo da palavra "economia". No que diz respeito aos registros etnográficos, não devemos presumir que a produção para a própria pessoa, ou para um grupo, seja mais antiga que a reciprocidade ou a redistribuição. Pelo contrário, tanto a tradição ortodoxa como algumas teorias mais recentes sobre o assunto foram refutadas enfaticamente. O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu. Na verdade, a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura. Mesmo então, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades auto-suficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade ou da redistribuição. A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser sexo, como na família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhorial. E também não importa a organização interna do grupo. Pode ser tão despótica como a família romana ou tão democrática como a *zadruga* sul-eslava; tão grande como os imensos domínios dos magnatas Carolíngios ou tão pequenas como a propriedade camponesa média da Europa Ocidental. A necessidade de comércio ou de mercados não é maior do que no caso da reciprocidade ou da redistribuição.

Foi justamente esta situação que Aristóteles tentou estabelecer como norma há mais de dois mil anos. Pesquisando o passado das altitudes rapidamente declinantes de uma economia de mercado de caráter mundial, temos que concordar que a famosa distinção que ele faz entre a domesticidade propriamente dita e o ato de se ganhar dinheiro

*money-making*, no capítulo introdutório da sua política, foi provavelmente o indicador mais profético jamais feito no campo das ciências sociais. Ainda continua sendo a melhor análise do assunto que possuímos. Aristóteles insiste na produção para uso, contra a produção visando lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, uma produção acessória para o mercado, argumenta ele, não precisa destruir a auto-suficiência doméstica, uma vez que a colheita seja reinvestida na fazenda, para sustento, seja como gado ou cereal. A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade.

Somente um gênio do senso comum poderia afirmar, como ele o fez, que o ganho era uma motivação peculiar à produção para o mercado, e que o fator dinheiro introduzira um novo elemento na situação. No entanto, enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica auto-suficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar. Nesse sentido, ele estava inteiramente certo, embora deixasse de ver como era impraticável ignorar a existência de mercados numa época em que a economia grega tinha se tornado dependente do comércio atacadista e do capital de empréstimos. Esse foi o século em que Delos e Rhodes se desenvolveram em empórios de seguros de fretes, empréstimos marítimos e bancos de capital de giro, comparados aos quais a Europa Ocidental de mil anos depois foi o próprio retrato do primitivismo. No entanto, Jowett, Mestre em Balliol,<sup>\*</sup> se enganou redondamente quando considerou correta a suposição de que a Inglaterra vitoriana tinha uma noção muito mais clara do que Aristóteles, sobre a natureza da diferença entre o setor doméstico e o que ganha dinheiro. Ele desculpava Aristóteles alegando que "os temas do conhecimento ligados ao homem se entrelaçam uns com os outros e, na época de Aristóteles, eles não se distinguem facilmente". É verdade que Aristóteles não reconheceu claramente as implicações da divisão do trabalho e sua ligação com os mercados e o dinheiro, assim como não compreendeu as utilizações do dinheiro como crédito e capital. Nesse ponto, as restrições de Jowett são justificadas. Entretanto, foi o mestre de Balliol, e não Aristóteles, que se tornou insensível às implicações humanas de se ganhar dinheiro. Ele não viu que a distinção entre o princípio do uso e o princípio do ganho era a chave para a civilização inteiramente diferente cujos contornos Aristóteles acertadamente previu dois mil anos antes do seu advento,

---

\* Um colégio de Oxford. (N. do R.)

baseando-se, para isso, nos simples rudimentos de uma economia de mercado disponível na época, enquanto Jowett, já com o espécime inteiramente pronto diante dele, ignorou a sua existência. Ao denunciar o princípio da produção visando lucro "como não natural ao homem", por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais nas quais as limitações eram inerentes.

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, inter alia, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico.

O período greco-romano, a despeito do seu conteúdo altamente desenvolvido, não representou qualquer ruptura nesse sentido; ele se caracterizou pela redistribuição de cereais, em grande escala, feita pela administração romana numa economia em tudo doméstica, e ele não se constituiu em exceção à regra vigente de que até o final da Idade Média os mercados não desempenharam papel importante no sistema econômico - prevaleciam outros padrões institucionais.

A partir do século XVI, os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes. Na verdade, sob o sistema mercantil, eles se tornaram a preocupação principal dos governos. Entretanto, não havia (ainda) sinal de que os mercados passariam a controlar a sociedade humana. Pelo contrário. Os regulamentos e os regimentos eram mais severos do que nunca; estava ausente a própria idéia de um mercado auto-regulável. Para compreender a súbita mudança para um tipo inteiramente novo da economia no século XIX, devemos nos voltar, agora, para a história do mercado, uma instituição que praticamente negligenciamos em nosso resumo dos sistemas econômicos do passado.

Se queremos deixar de lado as superstições econômicas do século XIX,<sup>14</sup> a parte dominante desempenhada pelos mercados na economia capitalista, juntamente com o significado básico do princípio de permuta ou troca nessa economia, exige uma pesquisa cuidadosa da natureza e origem dos mercados.

A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços<sup>15</sup>. Assim como a reciprocidade é auxiliada por um padrão simétrico de organização, a redistribuição é facilitada por alguma medida de centralização, e a domesticidade tem que ser baseada na autarquia, assim também o princípio da permuta depende, para sua efetivação, do padrão de mercado. Todavia, da mesma forma como tanto a reciprocidade como a redistribuição, ou a domesticidade, podem ocorrer numa sociedade sem nela ocupar um lugar primordial, o princípio da permuta também pode ocupar um lugar

---

<sup>14</sup> Cf. Notas sobre as Fontes.

<sup>15</sup> Hawtrey, G. R., *The Economic Problem*, 1925, p. 13. “A aplicação prática do princípio do individualismo depende inteiramente da prática da troca” Entretanto, Hawtrey se enganou em presumir que a existência de mercados seguiu-se simplesmente à prática da troca.

subordinado numa sociedade na qual os outros princípios estão em ascendência.

Em alguns outros sentidos, porém, o princípio da permuta não está em paridade estrita com os três outros princípios. O padrão de mercado, com o qual ele está associado, é mais específico do que a simetria, a centralidade ou a autarquia - os quais, em contraste com o padrão de mercado, são meros "traços" e não criam instituições designadas para uma função apenas. A simetria nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes (se uma tribo ou uma aldeia é ou não simetricamente padronizada, isto não envolve qualquer instituição distinta). A centralidade, embora crie freqüentemente instituições distintas, não implica motivação que particularizaria a instituição resultante para uma função específica única (o chefe de uma aldeia ou qualquer outra autoridade central pode assumir, por exemplo, uma série de funções política, militar, religiosa ou econômica, indiscriminadamente). Finalmente, a autarquia econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente.

Por outro lado, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é conseqüência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.

Na verdade, foi crucial o passo que transformou mercados isolados numa economia de mercado, mercados reguláveis num mercado auto-regulável. O século XIX - aclamando o fato como o ápice da civilização ou deplorando-o como um crescimento canceroso imaginava ingenuamente que um tal desenvolvimento era o resultado natural da difusão dos mercados. Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de

qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrescência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina. Não foi reconhecida a natureza limitada e não expansiva do padrão de mercado como tal; e, no entanto, é este o fato que emerge com toda clareza da moderna pesquisa.

"Os mercados não são encontrados em todos os lugares; a sua ausência, embora indicando um certo isolamento e uma tendência à reclusão, não está associada a qualquer desenvolvimento particular, e o mesmo também pode ser auferido da sua presença." Essa frase incolor, transcrita do *Economics in Primitive Communities*, de Thurnwald, resume os resultados significativos da moderna pesquisa sobre o assunto. Um outro autor repete, em relação ao dinheiro, o que Thurnwald diz a respeito dos mercados: "O simples fato de uma tribo usar dinheiro diferencia-se muito pouco, do ponto de vista econômico, de quaisquer outras tribos do mesmo nível cultural que não o utilizam." Não precisamos mais do que salientar algumas das implicações mais importantes dessas afirmativas.

A presença ou a ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva. Isto refuta o mito do século XIX de que o dinheiro foi uma invenção cujo aparecimento transformava inevitavelmente uma sociedade, com a criação de mercados, forçando o ritmo da divisão de trabalho, liberando a propensão natural do homem à permuta, à barganha e à troca. Com efeito, a história econômica ortodoxa se baseou numa perspectiva imensamente exagerada do significado dos mercados, como tais. Um "certo isolamento" ou talvez uma "tendência à reclusão" é o único traço econômico que pode ser indeferido corretamente da ausência de mercados; no que diz respeito à organização interna de uma economia, sua presença ou ausência não faz necessariamente qualquer diferença.

As razões são simples. Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela. Eles são locais de encontro para um comércio de longa distância. Os mercados locais, propriamente ditos, são de pouca importância. Além disso, nem os mercados de longa distância, nem os mercados locais são essencialmente competitivos. Conseqüentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional. Cada uma dessas afirmativas choca-se com algum pressuposto axiomático dos economistas clássicos, entretanto elas seguem muito de perto os fatos que aparecem à luz da pesquisa moderna.

De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância. À luz do nosso conhecimento atual, podíamos quase reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da "divisão do trabalho" dada pela localização. O comércio de longa distância muitas vezes engendra mercados, uma instituição que envolve atos de permuta e, se o dinheiro é utilizado, de compra e venda. Eventualmente, porém não necessariamente, isto oferece a alguns indivíduos a oportunidade de utilizar a sua alegada propensão para a barganha e o regateio.

O aspecto dominante desta doutrina é a origem do comércio numa esfera externa, não relacionada com a organização interna da economia: "A aplicação dos princípios observados na caça para obter bens encontrados fora dos limites do distrito levou a certas formas de troca que nos pareceram, mais tarde, como comércio".<sup>3</sup> Procurando as origens do comércio, nosso ponto de partida deveria ser a obtenção de bens distantes, como numa caça. "Os Dieri da Austrália Central, todos os anos, em julho ou agosto, fazem uma expedição ao sul para conseguir o ocre vermelho que eles usam para pintar seus corpos ... Seus vizinhos, os Yantruwunta, organizam empreendimentos "semelhantes para conseguir o ocre vermelho e blocos de arenito, para moer sementes, em Flinders Hills, distante oitocentos quilômetros. Em ambos os casos era às vezes necessário lutar pelos artigos desejados, "quando o povo local oferecia resistência à sua remoção." Esta espécie de requisição ou caça ao tesouro é claramente tão semelhante ao roubo e à pirataria quanto aquilo que costumamos ver como comércio - basicamente é um negócio unilateral. Ele se torna bilateral, i.e., "uma certa forma de troca" apenas através da chantagem praticada pelos poderes locais; ou também através de acordos de reciprocidade, como no anel Kula, nas cerimônias de visita dos Pengwe, da África Ocidental, ou com os Kpelle, onde o chefe monopoliza o comércio exterior insistindo em entreter todos os hóspedes. É verdade que tais visitas não são acidentais, e sim - em nossos termos, não deles - genuínas viagens de negócios;

---

<sup>3</sup> Thurnwald, R. C Economics in Primitive Communities, 1932, p. 147.

a troca de bens, porém, é sempre feita sob o disfarce de presentes recíprocos e sob a forma, ainda, de retribuição de visitas.

Chegamos à conclusão, assim, de que embora as comunidades humanas nunca tenham deixado de lado, inteiramente, o comércio exterior, esse comércio nem sempre envolvia mercados, necessariamente. Originalmente, o comércio exterior sempre esteve mais ligado à aventura, exploração, caça, pirataria e guerra do que à permuta. Ele pode implicar tanto em paz como em bilateralidade, porém, mesmo quando implica ambos, ele é baseado, habitualmente, no princípio da reciprocidade, e não da permuta.

A transição para a permuta pacífica pode se orientar em duas direções, a saber, na da troca e na da paz. Como acima indicado, uma expedição tribal pode ter que cumprir as condições estabelecidas pelos poderes locais, os quais podem exigir dos estrangeiros um tipo de contrapartida. Esse tipo de relacionamento, embora não inteiramente pacífico, pode dar origem à permuta - uma transação unilateral será transformada em bilateral. O outro tipo de desenvolvimento é o de "comércio silencioso", que ocorre nas selvas africanas, onde se evita o risco do combate através de uma combinação organizada com o qual se introduz na própria transação, com a devida circunspeção, um elemento de paz, aceitação e confiança.

Como sabemos, num estágio posterior os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior. Entretanto, do ponto de vista econômico, os mercados externos são algo inteiramente diferente, tanto dos mercados locais quanto dos mercados internos. Eles não diferem apenas em tamanho; são instituições de função e origem diferentes. O mercado externo é uma transação; a questão é a ausência de alguns tipos de mercadorias naquela região. A troca de lãs inglesas por vinhos portugueses constitui um exemplo. O comércio local é limitado às mercadorias da região, as quais não compensa transportar porque são demasiado pesadas, volumosas ou perecíveis. Assim, tanto o comércio exterior quanto o local são relativos à distância geográfica, sendo um confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo. Um comércio desse tipo é descrito corretamente como complementar. A troca local entre cidade e campo e o comércio exterior entre diferentes zonas climáticas baseiam-se neste princípio. Um tal comércio não implica competição necessariamente, e se a competição levasse à desorganização do comércio não haveria contradição em eliminá-la. Em contraste com o comércio externo e o local, o comércio interno, por seu lado, é essencialmente competitivo.

Além das trocas complementares, ele inclui um número muito maior de trocas nas quais mercadorias similares, de fontes diferentes, são oferecidas em competição umas com as outras. Assim, somente com a emergência do comércio interno ou nacional é que a competição tende a ser aceita como princípio geral de comércio.

Esses três tipos de comércio, os quais diferem acentuadamente na sua função econômica, também são distintos na sua origem. Já falamos sobre o começo do comércio externo. A partir dele, os mercados se desenvolveram naturalmente em todos os lugares onde os transportadores tinham que parar, nos vaus, portos marítimos, cabeceiras de rios ou onde as rotas das expedições se encontravam. Os "portos" se desenvolveram nos locais de transbordo.<sup>4</sup> O breve florescimento das famosas feiras da Europa constitui um outro exemplo de um tipo definido de mercado produzido pelo comércio de longa distância. Os empórios da Inglaterra são um outro exemplo. Entretanto, enquanto as feiras e os empórios desapareceram de forma abrupta, desconcertando o evolucionista dogmático, o portus desempenhou um papel importantíssimo no estabelecimento de cidades na Europa Ocidental. Entretanto, mesmo nos locais em que as cidades foram fundadas em sítios de mercados externos, os mercados locais freqüentemente permaneceram separados não apenas em relação à sua função, mas também à sua organização. Nem o porto, nem a feira, nem o empório foi o pai dos mercados internos ou nacionais. Onde, então, poderemos procurar a sua origem?

Poderia parecer natural presumir, que em função dos atos individuais de permuta, os mercados locais se desenvolveriam no correr do tempo e que tais mercados, uma vez existindo, levariam naturalmente ao estabelecimento de mercados internos ou nacionais. Entretanto, nem um nem outro aconteceu. Atos individuais de permuta ou troca esta é a verdade - não levam, como regra, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico. Tais atos são comuns em quase todos os tipos de sociedades primitivas, porém são considerados incidentais uma vez que não preenchem as necessidades da vida. Nos amplos sistemas antigos de redistribuição, os atos de permuta e os mercados locais eram uma constante, porém apenas em caráter subordinado. O mesmo se aplica onde a reciprocidade é a regra: aqui, os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance que implicam aceitação

---

<sup>4</sup> Pirenne, H., *Medieval Cities*, 1925, p. 148 (nota 12).

e confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação. Os fatores limitantes surgem de todos os pontos do compasso sociológico: o costume e a lei, a religião e a magia contribuem igualmente para o resultado, que é restringir os atos de troca em relação, a pessoas e objetos, tempo e ocasião. Como regra, aquele que permuta apenas entra em um tipo de transação já determinado, no qual tanto os objetos como as quantias a eles equivalentes já são dados. Utu, na linguagem dos Tikopia.<sup>5</sup> denota tal equivalente tradicional como parte da troca recíproca. Aquilo que parece como o aspecto essencial da troca para o pensamento do século XVIII, o elemento voluntário da barganha e do regateio, tão expressivo como motivação presumida da permuta, tem realmente um objetivo muito limitado na verdadeira transação. Mesmo que seu motivo fosse subjacente ao ato, raramente se lhe permite atingir a superfície.

A forma costumeira de comportamento, ao contrário, é dar oportunidade a uma motivação oposta. O doador pode simplesmente largar o objeto no chão e o receptor fingirá apanhá-lo acidentalmente, ou deixará que um dos seus seguidores o faça por ele. Nada pode ser mais contrário ao comportamento aceito do que examinar a contrapartida recebida. Como temos toda a razão para crer que esta atitude sofisticada não é o resultado de uma falta genuína de interesse pelo lado material da transação, podemos descrever a etiqueta da permuta como um desenvolvimento contraditório, destinado a limitar o escopo da transação.

Com efeito, em face da evidência, seria audacioso afirmar que os mercados locais se desenvolveram a partir de atos individuais de permuta. Embora seja muito obscuro o início do mercado local, podemos afirmar com segurança que, desde o princípio, essa instituição foi cercada por uma série de salvaguardas destinadas a proteger a organização econômica vigente na sociedade de interferência por parte das práticas de mercado. A paz do mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados. O resultado mais significativo dos mercados - o nascimento de cidades e a civilização urbana foi, de fato, o produto de um desenvolvimento paradoxal. As cidades, as crias dos mercados, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-los de se expandirem pelo campo e, assim, incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade.

---

<sup>5</sup> Firth, R., *Primitive Polynesian Economics*, 1939, p. 347.

Os dois significados da palavra "conter" talvez expressem melhor esta dupla função das cidades em relação aos mercados, que elas tanto envolviam como impediam de se desenvolver.

Se a permuta era cercada de tabus, destinados a impedir que esse tipo de relação humana abusasse das funções da organização econômica propriamente dita, a disciplina do mercado era ainda mais restrita. Eis aqui um exemplo do país Chaga: "O mercado deve ser visitado regularmente nos dias de mercado. Se qualquer ocorrência impedir a abertura do mercado por alguns dias, os negócios não serão retomados até que a praça do mercado tenha sido purificada. Qualquer ocorrência na praça do mercado que envolva derramamento de sangue exige a imediata expiação. A partir desse momento não é permitido a qualquer mulher abandonar a praça do mercado, e nenhuma mercadoria pode ser tocada; tudo tem que ser muito bem limpo antes de ser levado para fora e usado como alimento. Pelo menos um bode tem que ser sacrificado imediatamente. Se uma mulher der à luz ou abortar na praça do mercado, é necessária uma expiação mais séria e mais dispendiosa. Nesse caso é necessário o sacrifício de um animal leiteiro. Além disso, o ambiente doméstico do chefe tem que ser purificado com o sangue do sacrifício de uma vaca leiteira. Todas as mulheres do campo têm que ser aspergidas, distrito por distrito".<sup>6</sup> Regras como estas não tornariam mais fácil a difusão dos mercados.

O mercado local típico, no qual as donas de casa vão comprar algumas de suas necessidades domésticas diárias e nos quais os agricultores de cereais ou verduras, assim como os artesãos locais, oferecem seus artigos à venda, revelam uma impressionante indiferença quanto a tempo e lugar. Reuniões desse tipo são não só bastante generalizadas nas sociedades primitivas como também permanecem praticamente imutáveis até meados do século XVIII nos países mais adiantados da Europa Ocidental. Elas constituem um acessório da existência local e diferem muito pouco, quer façam parte da vida tribal centro-africana, que de uma cidade da França merovíngia, ou de uma aldeia escocesa da época de Adam Smith. O que é verdadeiro em relação à aldeia é também verdadeiro em relação à cidade. Os mercados locais são, essencialmente, mercados de vizinhança e, embora importantes para a vida das comunidades, em nenhum lugar revelam indícios de reduzir o sistema econômico vigente a seus padrões. Eles não foram pontos de partida do comércio interno ou nacional.

---

<sup>6</sup> Thurnwald, R.C., op. Cit., pp. 162-164

Na Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do estado. Até a época da Revolução Comercial, o que pode nos parecer como comércio nacional não era nacional, e sim municipal. Os hanseáticos não eram mercadores germânicos; eles eram uma corpo ração de oligarcas comerciais, sediados em diversas cidades do Mar do Norte e do Báltico. Longe de "nacionalizarem" a vida econômica germânica, a Hansa deliberadamente isolava o interior do comércio. O comércio da Antuérpia ou Hamburgo, Veneza ou Lyon não era, de forma alguma, holandês ou germânico, italiano ou francês. Londres não era exceção: ela era tão pouco "inglesa" como Luebeck era "germânica". O mapa comercial da Europa nesse período mostraria corretamente apenas cidades, deixando em branco o campo - este pareceria não existir no que concerne ao comércio organizado. As assim chamadas nações eram apenas unidades políticas, na verdade bastante frouxas, e que consistiam, economicamente, de inúmeros ambientes domésticos auto-suficientes, maiores ou menores, e insignificantes mercados locais nas aldeias. O comércio limitava-se a distritos organizados que o praticavam localmente, 'como comércio de vizinhança, ou como comércio de longa distância os dois eram estritamente separados e a nenhum deles era permitido infiltrar-se no campo indiscriminadamente.

Um separação tão constante entre o comércio local e de longa distância dentro da organização da cidade deve parecer mais um choque para o evolucionista, para quem as coisas sempre parecem se imiscuir facilmente umas nas outras. E, no entanto, este fato peculiar constitui a chave da história social da vida urbana na Europa Ocidental. Isto comprova claramente nossa afirmativa a respeito da origem dos mercados, que inferimos a partir das condições existentes nas economias primitivas. A acentuada distinção entre o comércio local e de longa distância pode parecer demasiado rígida, especialmente porque ela nos leva à conclusão, um tanto surpreendente, de que nem o comércio de longa distância, nem o comércio local, foi o pai do comércio interno dos tempos modernos não nos deixando, aparentemente, outra alternativa senão voltarmos-nos, a título de explicação, para o *deus ex machina* da intervenção estatal. Veremos, em seguida, que outras investigações recentes apóiam nossas conclusões a esse respeito. Todavia, queremos fazer primeiro um rápido esboço da história da civilização urbana conforme foi modelada pela separação peculiar entre o comércio e a longa distância, dentro dos limites da cidade medieval.

Essa separação foi, na verdade, o cerne da instituição dos centros urbanos medievais.<sup>7</sup> A cidade era uma organização de burgueses. Só eles tinham direito à cidadania e o sistema repousava na distinção entre burgueses e não burgueses. Nem os camponeses, nem os mercadores de outras cidades eram burgueses, naturalmente. Entretanto, enquanto a influência militar e política da cidade tornava possível lidar com os camponeses das redondezas, tal autoridade não podia ser exercida em relação ao mercador estrangeiro. Em consequência, os burgueses se encontravam numa posição inteiramente diferente em relação ao comércio local e ao comércio a longa distância.

No que se refere ao suprimento de alimentos, a regulamentação envolvia a aplicação de métodos tais como a publicidade obrigatória das transações e a exclusão de intermediários, a fim de controlar o comércio e impedir a elevação dos preços. Tal regulamentação, porém, só era efetiva no comércio que era levado a efeito entre a cidade e suas cercanias. A situação era inteiramente diferente no comércio de longa distância. As especiarias, o peixe salgado ou o vinho tinham que ser transportados de longa distância, e constituíam, assim, o domínio do mercador estrangeiro e dos seus métodos de comércio atacadista capitalista. Esse tipo de comércio fugia à regulamentação local. A proibição total da venda a varejo pelos mercadores estrangeiros se destinava a alcançar essa finalidade. À medida que crescia o volume do comércio atacadista capitalista, mais estrita se tornava a sua exclusão dos mercados locais, reforçado ainda no que concernia às importações.

No que diz respeito aos artefatos industriais, a separação entre o comércio local e o de longa distância era ainda mais profunda, pois neste caso toda a organização de produção para exportação era afetada. A razão disto estava na própria natureza das guildas e corporações artesanais, nas quais se organizava a produção industrial. No mercado local, a produção era regulada de acordo com as necessidades dos produtores, restringindo a produção a um nível remunerativo. Este princípio não se aplicava, naturalmente, às exportações, onde os interesses dos produtores não estabeleciam limites à produção. Em consequência, enquanto o comércio local era estritamente regulado, a produção para exportação da época era apenas formalmente controlada pelas corporações de artesãos. A indústria de exportação da época, o comércio de tecidos, era organizada, na verdade, na base capitalista do trabalho assalariado.

A separação crescente mente estrita entre o comércio local e o de exportação foi a reação da vida urbana à ameaça do capital móvel de

---

<sup>7</sup> Nossa formulação segue as obras bem conhecidas de H. Pirenne.

desintegrar as instituições da cidade. A cidade medieval típica não tentou evitar o perigo diminuindo o abismo entre o mercado local controlável e as incertezas do um comércio de longa distância incontrolável, mas, ao contrário, enfrentou o perigo reforçando com o máximo rigor aquela política de exclusão e proteção que era o rationale da sua existência.

Na prática, isto significa que as cidades levantaram todos os obstáculos possíveis à formação daquele mercado nacional ou interno pelo qual pressionava o atacadista capitalista. Mantendo o princípio de um comércio local não-competitivo e um comércio a longa distância igualmente não-competitivo, levado a efeito de cidade a cidade, os burgueses dificultaram, por todos os meios a seu dispor, a inclusão do campo no compasso do comércio e a abertura de um comércio indiscriminado entre as cidades e o campo. Foi esse desenvolvimento que forçou o estado territorial a se projetar como instrumento da "nacionalização" do mercado e criador do comércio interno.

A ação deliberada do estado nos séculos XV e XVI impingiu o sistema mercantil às cidades e às municipalidades ferrenhamente protecionistas. O mercantilismo destruiu o particularismo desgastado do comércio local e intermunicipal, eliminando as barreiras que separavam esses dois tipos de comércio não-competitivo e, assim, abrindo caminho para um mercado nacional que passou a ignorar, cada vez mais, a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre as várias cidades e províncias. O sistema mercantil foi, na verdade, uma resposta a vários desafios.

Do ponto de vista político, o estado centralizado era uma nova criação, estimulada pela Revolução Comercial que mudara o centro de gravidade do mundo ocidental do Mediterrâneo para as costas do Atlântico, compelindo, assim, os povos atrasados de grandes países agrários a se organizarem para o comércio e os negócios. Na política externa, o estabelecimento de um poder soberano era a necessidade do dia; a nova política estatal mercantilista envolvia a disciplina dos recursos de todo território nacional para os objetos de poder nos assuntos externos. Na política interna, a unificação de países fragmentados pelo particularismo feudal e municipal foi o subproduto necessário a um tal empreendimento. Do ponto de vista econômico, o instrumento de unificação foi o capital, i.e., os recursos privados disponíveis sob a forma de dinheiro acumulado, e portanto, peculiarmente adequado para o desenvolvimento do comércio. Finalmente, a técnica administrativa subjacente à política econômica do governo central foi fornecida pela ampliação do sistema municipal tradicional ao território mais amplo do estado. Na

França, onde as corporações artesanais tendiam a se tornar órgãos do estado, o sistema de guildas foi simplesmente ampliado para todo o território do país. Na Inglaterra, onde a decadência das cidades fortificadas havia enfraquecido fatalmente aquele sistema, o campo foi industrializado sem a supervisão de guildas, enquanto em ambos os países os negócios e o comércio se espalhavam por todo o território da nação e se tornavam a forma dominante da atividade econômica. Nesta situação reside a origem da política comercial interna do mercantilismo.

A intervenção estatal, que havia liberado o comércio dos limites da cidade privilegiada, era agora chamada a lidar com dois perigos estreitamente ligados, os quais a cidade havia contornado com sucesso, a saber, o monopólio e a competição. Já se compreendia, naquela época, que a competição levaria, em última instância, ao monopólio, mas o monopólio era ainda mais temido do que posteriormente, pois ele muitas vezes estava ligado às necessidades da vida, e, portanto, podia tornar-se facilmente um perigo para a comunidade. O remédio encontrado foi a total regulamentação da vida econômica, só que agora em escala nacional e não mais apenas municipal. O que para a mente moderna pode facilmente parecer como uma imprevidente exclusão da competição, foi, na realidade, um meio de salvaguardar o funcionamento dos mercados, naquelas circunstâncias. Qualquer intrusão temporária de compradores ou vendedores no mercado poderia destruir o equilíbrio e decepcionar os compradores e vendedores regulares, e o resultado seria a cessação do funcionamento do mercado. Os fornecedores antigos deixaram de oferecer suas mercadorias por não terem uma garantia de preço e o mercado, sem suprimentos suficientes, tornar-se-ia uma presa do monopólio.

Numa escala menor, o mesmo perigo estava presente no lado da demanda, onde uma queda rápida poderia ser seguida por um monopólio da demanda. Cada passo que o estado tomava para livrar o mercado de restrições particularistas, tributos e proibições, punha em perigo o sistema organizado de produção e distribuição, o qual se via agora ameaçado por uma competição não regulada e pela intrusão de aventureiros que "esvaziavam" o mercado mas não ofereciam nenhuma garantia de permanência. Ocorreu assim que, embora os novos mercados nacionais até certo ponto fossem competitivos, inevitavelmente, o que prevalecia era o aspecto tradicional da regulamentação e não o novo elemento de competição<sup>8</sup>. A domesticidade auto-suficiente do

---

<sup>8</sup> Montesquieu, *L'esprit de Lois*, 1748: "O inglês restringe o mercador, mas é em favor do comércio."

camponês que trabalhava para sua subsistência continuou sendo a base mais ampla do sistema econômico que agora se integrava em grandes unidades nacionais através da formação do mercado interno. Este mercado nacional assumiu o seu lugar ao lado dos mercados local e estrangeiro, às vezes sobrepujando-os em parte.

A agricultura era suplementada, agora, pelo comércio interno - um sistema de mercados relativamente isolados, inteiramente compatível com o princípio da domesticidade ainda dominante no campo.

Isto conclui nossa sinopse da história do mercado até a época da Revolução Industrial. O estágio seguinte na história da humanidade, como sabemos, acarretou uma tentativa de estabelecer um grande mercado auto-regulável. Nada no mercantilismo, essa política distinta do "estado-nação ocidental, deixava prever um desenvolvimento tão singular. A "libertação" do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação. O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um -aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.